

NOTA TÉCNICA 08/2013

DATA: 06/05/2013

ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2013

Reestimativa das Receitas Ordinárias do Tesouro

I – Cenário Econômico

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, o PIB registrou crescimento de 0,9% na passagem de 2011 para 2012, na série livre de influências sazonais. A estagnação de 2012 está relacionada aos resultados inferiores dos setores industrial e agrícola. Esses setores registraram retrações de -0,8% e -2,3%, sendo somente superiores à formação bruta de capital fixo (-4%), que mede o quanto as empresas aumentaram os seus bens de capital (compra de máquinas e equipamentos), e assim revela a expectativa do empresário para com a atividade econômica no futuro.

As expectativas do mercado para o crescimento do PIB em 2013 iniciaram o ano em aproximadamente 3,2%; e, em abril, atenuaram para 3%. Isto reforça a falta de otimismo do mercado às respostas dadas pela economia no primeiro trimestre de 2013. A inflação (IPCA) segue com expectativa de redução de 5,8%, no início do ano, para 5,7%, indicando que o crescimento menor deve ocorrer devido à necessidade de conter a aceleração da inflação.

Os dados apresentados pelo IBGE sugerem desaceleração do crescimento, ou seja, o crescimento permanece, mas a uma taxa mais baixa. São reflexos da expectativa de que o afrouxamento fiscal e monetário adotados pelo governo, a partir do fim de 2012, não devem perdurar, uma vez que se faz necessário combater a alta da inflação - aumentos de juros, compulsórios, IOF e corte de gastos fiscais.

Apesar do crescimento modesto de 2012, os primeiros meses de 2013 registraram crescimento melhor da indústria. Segundo a pesquisa Produção Industrial Mensal (PIM-PF), houve aumento de 0,54%, no bimestre de janeiro e fevereiro (3,16% em

janeiro e retração de 0,81% em fevereiro), da atividade industrial. Após o bimestre ligeiramente positivo neste tipo de comparação, observa-se manutenção de índices positivos, mas com clara redução no ritmo de crescimento frente aos meses anteriores. Vale ressaltar que devido ao crescimento muito baixo em 2012, qualquer comparação de 2013 gerará valores mais expressivos. Não havendo crise, a possível recuperação resultará em índices melhores em 2013.

No Estado do Rio de Janeiro, a recuperação é bem mais acentuada. A produção industrial manteve posição favorável em relação ao restante do país. A indústria de transformação acumulou crescimento de 6,93% em janeiro-fevereiro 2013, comparado ao mesmo período do ano de 2012.

A taxa de desemprego na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, mensurada pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME), sem ajuste sazonal, passou de 3,1% em janeiro do ano passado para 2,4% no mesmo período de 2013, ao passo que em fevereiro do mesmo ano houve um leve aumento para 2,5%. Após atingir 7,0% em outubro de 2008, auge da crise internacional, a taxa observada não apenas recuou significativamente, como também atingiu o mínimo histórico em dezembro de 2012 (2,2%).

No que diz respeito à inflação, o IPCA atingiu 0,86%, em janeiro; 0,60%, em fevereiro; e, por fim, 0,47%, em março. Com isso, o resultado em 12 meses seguiu avançando e atingiu 6,58%. A perda acumulada do ano já ultrapassa ao apurado no mesmo período de 2012 (1,94% contra 1,22%).

Diante do cenário inflacionário, a política econômica nacional tem respondido lentamente aos sinais dados pela economia. As medidas restritivas como redução do crédito e aumento dos juros básicos (SELIC), cujos principais efeitos recaem sobre os preços dos bens duráveis estão sendo postergadas.

O governo Federal optou por utilizar a desoneração tributária como fonte de redução da inflação e aumento do crescimento. Apesar de primordial no estímulo a atividade produtiva, tal medida não deve ser o cerne do combate à inflação. Ao contrário, ela deve ser coordenada com as políticas monetárias e cambial, de forma a gerar um crescimento sustentável da economia brasileira.

Pelas sinalizações do mercado espera-se um aumento da taxa básica de juros da economia. O Banco Central vem indicando que considera a existência de uma considerável deterioração da moeda nos últimos meses e que projeções recentes já apontam para uma inflação de demanda.

Em suma, neste contexto de crescimento e inflação anteriormente descrita, esperam-se poucas mudanças ao já idealizado no início do ano. Não ocorreram choques na economia. Por isso, o objetivo desta revisão de receita é refletir as expectativas positivas oriundas da análise da melhoria operacional de ações fiscais e alterações ocorridas nas esferas contábil e legal.

II – Revisão das Principais Receitas Tesouro

Abaixo se encontra a Tabela 1 apresenta as principais receitas do Tesouro que foram reestimadas.

Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2013 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita	REVISÃO DE RECEITA		3ª REVISÃO X 2ª REVISÃO	
	2ª Revisão (E)	3ª Revisão (F)	(F - E)	Δ % (F/E)
IRRF	2.128	2.308	180	8,5%
IPVA	1.978	1.978		
ITD	576	576		
FECF	2.729	2.696	(33)	-1,2%
ICMS	28.964	29.232	268	0,9%
Receita Financeira	194	204	10	5,2%
FPE	1.024	1.024		
IPI	835	835		
Lei Kandir	86	86		
Demais Transf. União	87	87		
Multas e Juros*	362	399	37	10,4%
Dívida Ativa**	565	660	95	16,7%
Demais Receitas (FOLHA)	17	517	500	2939,8%
Dep. Judiciais tributários	-	-		
Ressarcimento de pessoal cedido	25	25		
Receita Intra de Outras Restituições	-	-		
Outras Restituições	77	77		
Outros	346	347	1	0,4%
Subtotal 1	39.993	41.051	1.058	2,6%
Alienação de Bens	593	632	39	6,5%
Operações de Crédito	9.214	6.934	(2.280)	-24,7%
Subtotal 2	9.807	7.566	- 2.241	-22,9%
Royalties	7.664	7.664		
CIDE	0	3	3	3171,7%
Salário Educação	409	409		0,0%
Subtotal 3	8.073	8.076	3	0,0%
TOTAL GERAL (1+2+3)	57.874	56.694	- 1.180	-2,0%

* Inclui FR 00 - 01 - 22 - 96

** Inclui FR 00 - 01 - 22

Tabela 2 - Reestimativa de Receita Tesouro 2013 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

Receita	FR	2ª REVISÃO (E)	3ª REVISÃO (F)	3ª REVISÃO X 2ª REVISÃO	
				(F - E)	Δ % (F / E)
IRRF	00	2.128	2.308	180	8,5%
IPVA	00	1.978	1.978		
ITD	00	576	576		
ICMS	00	28.964	29.232	268	0,92%
Multas e Juros	00	344	380	36	10,36%
Dívida Ativa	00	537	627	90	16,74%
Receita Financeira	00	0	0		5,15%
Outras Restituições	00	30	30		
Outros	00	0	0		26983,33%
TOTAL	00	34.557	35.131	573	1,66%
Receita Financeira	01	194	204	10	5,15%
Demais Transf. União	01	87	87		
Multas e Juros	01	9	10	1	10,36%
Outras Restituições	01	19	19		
Dívida Ativa	01	18	21	3	16,74%
Demais Receitas	01	17	517	500	2939,82%
Alienação de Bens*	01	593	632	39	6,53%
Rec. Intra de Pessoal Cedido	01	-	-		
Rec. Intra de Outras Restituições	01	-	-		
Outros	01	342	343	1	0,37%
TOTAL	01	1.280	1.834	554	43,28%
Royalties	04	2.147	2.147		
Receita Financeira	04	0	0		
Royalties	10	5.517	5.517		
TOTAL		7.664	7.664		
Salário Educação	05	409	409		
Outros	05	0	0		282,11%
TOTAL	05	409	409		0,02%
FPE	06	1.024	1.024		
Receita Financeira	07	0	0		
IPI	07	835	835		
Lei Kandir	07	86	86		
Outros	07	0	0		
TOTAL	07	920	920		
Ressarcimento de pessoal cedido	20	25	25		
Outros	20	12	12		
TOTAL	20	37	37		
FECP	22	2.729	2.696	(33)	-1,21%
Multas e Juros	22	9	9	1	10,36%
Dívida Ativa	22	10	12	2	16,74%
TOTAL	22	2.748	2.717	(30)	-1,11%
Outros	26	0	0		
CIDE	26	0	3	3	3171,73%
TOTAL	26	0	3	3	3000,44%
Dep. Judiciais tributários	90	-	-		
Outros	90	0	0		
TOTAL	90	0	0		
Outros	95	2	2		
Outros*	95	2	2		
Outros	11	8	20	13	165,98%
Oustras Restituições	11	16	16		
Operações de Crédito*	11	8.495	6.413	(2.082)	-24,51%
Operações de Crédito*	21	711	501	(210)	-29,53%
TOTAL GERAL		57.874	56.694	(1.180)	-2,04%

* Receitas de Capital

1. **IRRF** – Reestimado em mais R\$ 180 milhões em relação à segunda revisão, motivado principalmente do efeito dos seguidos aumentos concedidos a diversas classes. O aumento do salário base da PMERJ, por exemplo, fez com que centenas de servidores atingissem renda passível de tributação na fonte, entrando na faixa de cobrança da alíquota de 7,5%, conforme indicado na lei nº 12.469 de 26 de agosto de 2011, publicado no D.O.U. de 29/08/2011, sobre as faixas do Imposto de Renda.

2. **ICMS** – Reestimado em mais R\$ 268 milhões em relação à segunda revisão, o ICMS cresceu até março 18,1% (R\$ 6,282 bilhões em 2012 para 7,418 bilhões em 2013). O acréscimo teve como causas, dentre outras, a recuperação do crescimento econômico; as soluções desenvolvidas no âmbito da fiscalização estadual; o crescimento das importações, as quais advêm da resolução 13, do Senado Federal, que eliminou a guerra fiscal dos portos; do câmbio estável e do aquecimento da indústria petrolífera e naval. O setor terciário (comércio, serviços de telefonia, eletricidade e etc) responde - no ERJ - por aproximadamente 65,52% da atividade econômica fluminense, segundo o IBGE. Segundo dados da Superintendência de Arrecadação, Cadastro e Informações Econômico-Fiscais - SUACIEF, o setor proporcionou um crescimento de arrecadação de 26,98% no primeiro bimestre de 2012 em relação ao mesmo período do ano passado (+ R\$744 milhões), percentual muito superior ao crescimento das demais atividades (agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; indústrias extrativas e indústrias de transformação) que foi de 3,4%. O setor de energia foi um dos grandes promotores desta superação de metas: 115% de crescimento, dos quais, parte significativa advém da produção de gás (2815% - 192 milhões de reais) e energia elétrica na Geração, Transmissão e Distribuição (respectivamente 132%, 503% e 70,5%)..

3. **FECF** - Reduzido em R\$ 33 milhões com relação à segunda revisão. Estima-se que atingirá, em 2013, o montante de R\$ 2,696 bilhões. O FECF teve que ser reavaliado, não devido ao desempenho no primeiro trimestre que foi superior ao esperado, mas sim devido ao fato de que o fundo não acompanhou o forte crescimento do ICMS. Portanto, prevê-se para o ano um crescimento superior ao observado em 2012, proveniente do crescimento da economia, no entanto abaixo da estimativa inicial.

- 4. RECEITA FINANCEIRA** – Considerando o recente aumento da taxa Selic (de 7,25% para 7,5% ao ano, em 17 de abril) devido a pressões inflacionárias, somado a expectativa de novas elevações, espera-se um crescimento da receita financeira, uma vez que ela está diretamente relacionada com a taxa de juros. A previsão para 2013 foi então elevada em 10 milhões (de R\$ 194 para R\$ 204 milhões).
- 5. DÍVIDA ATIVA E MULTAS E JUROS** - A receita proveniente da dívida ativa e de multas e juros sofreu um acréscimo no ano de 2013 devido ao impacto da Lei 6269/2012, que alterou o cálculo da correção monetária e das multas aplicáveis. Até 01/01/2013, o reajuste era calculado com base na variação da UFIR-RJ; e após esta data passou-se a utilizar o valor da Selic acrescido de 1%, o que elevou o valor dos débitos atualizados. Adicionalmente, o valor da multa de mora passou a ser calculado por dia de atraso, ao invés dos prazos fixos da lei anterior. Os valores das previsões para multas e juros e dívida ativa relativos a 2013 foram então elevados para 399 milhões (aumento de 37 milhões) e 605 milhões (aumento de 95 milhões), respectivamente.
- 6. DEMAIS RECEITAS** – reavaliado em mais R\$ 500 milhões, considerando a expectativa de venda da folha de pagamentos do Estado, que, tudo indica, ocorrerá nos próximos meses, porém ainda sem uma data certa.
- 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO** – A alteração nos valores de operações de crédito visou ajustar a previsão anual de empréstimos ao fluxo de desembolso de operações autorizado pela Secretaria do Tesouro Nacional.
- 8. ALIENAÇÃO DE BENS** – Os valores de alienação de bens não sofreram alterações, entretanto, esta observação, tem como finalidade estabelecer os cronogramas de entrada dos recursos das alienações citadas em notas anteriores. Terreno da Presidente Vargas (julho/13), Terreno do Batalhão Evaristo da Veiga (Novembro/13), Terreno do Batalhão na Rua São Clemente (julho/13).

9. CIDE - Reavaliada em mais R\$ 2,9 milhões pela arrecadação, em janeiro e Abril de 2013, de valores residuais decorrente de fatos geradores anteriores à redução de alíquota a zero, determinada pelo decreto 7.764/2012.

III – Cronograma de entrada de receitas.

A reavaliação das Receitas do Estado alterou também a expectativa de entrada de receitas. O quadro abaixo trás o novo cronograma ajustando o fluxo de entradas de maneira que a liberação das cotas orçamentárias devem observar esse novo cronograma.

Tabela 3 – Cronograma Bimestral por Rubrica de Receita e Fonte de Recursos.

									Em mil R\$
FONTE	TIT FONTE	FR	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
11	RECEITA TRIBUTÁRIA	00	6.359.928	5.441.534	5.462.126	5.473.758	5.502.397	5.854.326	34.094.069
		01	3.579	5.266	5.901	5.901	5.901	5.901	32.448
		22	477.268	435.448	445.824	445.824	445.824	445.824	2.696.012
13	RECEITA PATRIMONIAL	00	11	7	2	2	2	8	32
		01	34.057	37.495	39.610	38.596	38.036	316.650	504.444
		04	1.507.501	111.645	131.955	131.955	131.955	131.955	2.146.965
		05	119	16	-	-	-	-	135
		07	3	-	-	-	-	0	3
		10	453.979	382.226	1.445.642	1.439.294	343.817	1.451.989	5.516.948
		11	13.293	6.711	8	8	8	8	20.034
		21	182	68	-	-	-	-	250
		26	4	1	-	-	-	-	5
		90	28	42	42	42	42	42	236
16	RECEITA DE SERVIÇOS	95	-	143	196	337	464	346	1.486
		01	720	520	449	541	504	2.062	4.796
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	95	-	11	12	49	38	28	139
		00	-	-	-	-	-	-	-
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	01	-	-	-	-	29.157	58.314	87.471
		05	86.312	64.073	58.787	65.885	66.659	67.518	409.235
		06	207.838	160.957	191.310	138.366	130.933	194.136	1.023.541
		07	145.207	132.424	162.935	152.723	158.671	168.465	920.424
		26	90	2.841	-	-	-	-	2.930
21	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	00	179.033	217.856	160.642	160.642	160.642	157.950	1.036.766
		01	11.590	120.782	67.363	116.248	113.771	143.116	572.870
		11	402	1.196	5.761	3.445	2.921	2.591	16.317
		20	-	76	4.825	3.373	1.827	2.109	12.209
		22	3.373	3.959	3.634	3.634	3.634	2.941	21.176
22	ALIENAÇÃO DE BENS	90	-	-	-	-	-	-	-
		11	594.136	374.006	635.011	687.247	2.127.579	1.995.234	6.413.214
23	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	21	25.480	19.670	150.409	276.338	14.456	14.456	500.807
		01	-	-	-	86.385	-	545.541	631.926
79	INTRAORÇAMENTÁRIA OUTRAS CORRENTES	95	-	225	450	450	450	450	2.025
		01	-	-	-	-	-	-	-
		20	16	3.123	4.077	7.884	6.110	3.709	24.919
Total Geral			10.104.147	7.522.321	8.976.972	9.238.925	9.285.796	11.565.668	56.693.829

* Apenas UGE 999900

IV - Alocação das Dotações no Orçamento Anual por Fonte de Recursos vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação.

A tabela a seguir apresenta a terceira revisão de receita detalhada por fonte de recursos, comparando a nova estimativa, realizada no mês de abril, com a dotação disponível.

Tabela 4

COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

Em R\$

COMPARATIVO DE DESPESAS E RECEITAS POR FONTE										
FR	RECEITA PREVISTA (ABR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (ABR 2013)	SUPERÁVIT (ABR 2013)	CONTINGENCIADO (ABR 2013)	CONTIDO (ABR 2013)	Empenhado (29-04)	Liquidado (29-04)	Pago (29-04)	DISPONÍVEL (MAR 2013) (B)	DIFERENÇA (A)-(B)
00	35.130.867.371	35.222.565.364	5.899.550	908.243.421	-	10.738.388.165	8.824.549.809	7.647.840.180	34.308.422.393	822.444.978
01	1.833.954.654	3.102.297.135	-	1.617.947.241	-	432.324.425	324.710.597	223.616.663	1.484.349.894	349.604.760
06	1.023.540.571	1.129.265.492	-	105.724.921	-	776.830.774	753.241.611	753.241.611	1.023.540.571	-
07	920.427.015	1.259.835.068	-	354.445.645	-	359.797.262	94.424.069	94.424.069	905.389.423	15.037.592
22	2.717.187.780	2.853.400.775	-	163.446.129	-	1.093.299.371	674.769.138	402.788.520	2.689.954.646	27.233.134
Subtotal Rec. Livres	41.625.977.391	43.567.363.834	5.899.550	3.149.807.357	-	13.400.639.996	10.671.695.223	9.121.911.043	40.411.656.927	1.214.320.464
04	2.146.965.223	2.146.961.596	92.373	-	-	1.495.918.486	1.468.174.511	1.446.670.742	2.146.869.223	96.000
05	409.369.542	432.888.470	23.653.928	-	-	122.503.839	45.588.865	22.862.777	409.234.542	135.000
20	37.127.630	44.514.322	1.362.020	-	-	44.191	3.564	3.564	43.152.302	(6.024.672)
26	2.930.243	-	-	-	-	-	-	-	-	2.930.243
90	236.172	20.236.172	-	20.236.172	-	-	-	-	-	236.172
95	3.648.894	8.478.561	4.829.667	-	-	-	-	-	3.648.894	-
96	-	4.156.991	-	-	-	-	-	-	4.156.991	(4.156.991)
11	6.449.564.053	8.683.620.238	174.135.590	64.000.000	2.409.018.931	653.182.671	190.773.351	158.211.467	8.445.484.648	(1.995.920.595)
21	501.057.279	725.468.131	-	-	-	78.089.111	11.790.426	11.629.828	725.468.131	(224.410.852)
10*	5.516.947.830	5.516.947.830	-	-	-	782.810.486	782.810.486	750.807.743	5.516.947.830	-
SUBTOTAL REC. DESTINAÇÃO ESP.	15.067.846.866	17.583.272.312	204.073.579	84.236.172	2.409.018.931	3.132.548.784	2.499.141.202	2.390.186.121	17.294.962.561	(2.227.115.695)
TOTAL	56.693.824.257	61.150.636.146	209.973.129	3.234.043.529	2.409.018.931	16.533.188.780	13.170.836.426	11.512.097.164	57.706.619.488	(1.012.795.231)

* FR 10 - Royalties do RioPrevidência

A proposta da SEFAZ aponta uma receita estimada total menor em R\$ 1,01 bilhão se comparada ao orçamento disponível. Considerando as fontes de recursos do Tesouro que se compensam, a previsão de receita supera em R\$ 1,21 bilhão o valor orçado disponível, que resultará em uma alocação de recursos de igual valor. Grande parte deste montante será alocada nas vinculações constitucionais e legais que variam de acordo com o comportamento da receita.

V – Alterações nas Despesas Vinculadas à Arrecadação

De acordo com a previsão de receita apontada nesta nota, verifica-se então, a necessidade de suplementação orçamentária nas despesas vinculadas constitucionalmente, de acordo com os quadros abaixo.

Ressalta-se que o FUNDEB passou a ser contabilizado por conta redutora, não havendo mais execução orçamentária pelos projetos de Perda Líquida e Retorno, ambos integrantes dos Encargos Gerais do Estado – SEFAZ.

V.1 Transferências aos Municípios

COMPARATIVO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E PREVISÃO DE RECEITA
VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS E OUTRAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS

TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS								
TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	DESPESA PREVISTA (ABR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (29/04)	CONTINGENCIADO (29/04)	EMPENHADO (29/04)	LIQUIDADO (29/04)	PAGO (29/04)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 00	8.544.445.995	8.512.707.432	247.709.952	2.567.773.451	2.567.773.083	2.459.047.270	8.264.997.480	279.448.515
FR 04	411.923.967	411.923.967	-	113.362.464	113.362.371	113.362.371	411.923.967	-
FR 07	208.642.866	293.495.629	94.352.763	55.069.917	55.069.821	55.069.821	199.142.866	9.499.999
FR 26	731.283	-	-	-	-	-	-	731.283
TOTAL GERAL	9.165.744.110	9.218.127.028	342.062.715	2.736.205.831	2.736.205.274	2.627.479.462	8.876.064.313	289.679.797

V.2 Saúde

Em R\$

SAÚDE								
SAÚDE	DESPESA PREVISTA (ABR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (29/04)	CONTINGENCIADO (29/04)	EMPENHADO (29/04)	LIQUIDADO (29/04)	PAGO (29/04)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
UOS*		3.856.631.291	159.968.687	1.193.102.211	846.551.070	529.181.985	3.696.662.604	(3.696.662.604)
2901		5.287.200	1.000	92.403	1.331	1.331	5.286.200	
2931		27.658.112	-	9.431.218	7.147.746	6.655.489	27.658.112	
2961		3.734.878.044	159.967.687	1.151.578.419	825.959.998	510.855.384	3.574.910.357	
2971		88.607.935	-	32.000.171	13.441.996	11.669.782	88.607.935	
4043		200.000	-	-	-	-	200.000	
IASERJ		(27.658.112)	-	(9.431.218)	(7.147.746)	(6.655.489)	(27.658.112)	
Op. da Farmácia Popular		(40.000.000)	-	(17.599.389)	(687.748)	(269.916)	(40.000.000)	
Proteção ao Usuário de Drogas		(14.500.000)	-	(2.046.756)	(1.219.978)	(469.126)	(14.500.000)	
Proteção a Criança e Adolesc. Dep. Químico		(4.023.222)	-	(1.887.336)	(852.951)	(852.951)	(4.023.222)	
Juros sobre a Dívida (IVB)		(387.000)	-	(114.800)	(114.800)	(114.800)	(387.000)	
Juros, Multas e Demais Encargos				(567.506)	(355.462)	(280.065)	-	
Restituição				-	-	-		
Fundações de Saúde				43.301.773	42.093.746	42.073.188	-	
Despesa Intraorçamentária do FES				(69.587.040)	(69.587.040)	(48.542.364)		
RP 2012 Cancelado				(18.412)	(18.412)	(18.412)		
TOTAL GERAL	3.721.467.359	3.770.062.957	159.968.687	1.135.151.526	808.660.678	514.052.052	3.610.094.270	111.373.089

* UOS - Função 10: 2901, 2931, 2961, 2971 e 4043.

V.3 Educação e FUNDEB

Em R\$

EDUCAÇÃO E FUNDEB								
EDUCAÇÃO E FUNDEB	DESPESA PREVISTA (ABR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (29/04)	CONTINGENCIADO (29/04)	EMPENHADO (29/04)	LIQUIDADADO (29/04)	PAGO (29/04)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
PERDA LÍQUIDA	2.668.828.724	2.504.439.802	126.531.062	1.341.350	1.341.350	1.341.350	2.377.908.740	290.919.984
FR 00	2.421.473.920	2.263.480.986	84.375.259	1.341.350	1.341.350	1.341.350	2.179.105.727	242.368.193
FR 06	157.769.434	142.640.914	13.354.432	-	-	-	129.286.482	28.482.952
FR 07	89.585.370	98.317.902	28.801.371	-	-	-	69.516.531	20.068.839
RETORNO	2.505.686.625	2.764.949.055	117.901.459	-	-	-	2.647.047.596	(141.360.971)
FR 00	2.405.992.383	2.586.802.183	82.300.619	-	-	-	2.504.501.564	(98.509.181)
FR 06	46.938.681	83.212.184	7.790.552	-	-	-	75.421.632	(28.482.951)
FR 07	52.755.562	94.934.688	27.810.288	-	-	-	67.124.400	(14.368.838)
UOS*	2.578.560.771	2.618.885.489	92.613.433	991.355.841	751.804.985	526.285.760	2.526.272.056	52.288.715
1241		15.153.971	1.000	5.523.770	5.219.557	3.554.925	15.152.971	
1801		1.007.922.099	53.063.917	321.707.386	223.445.866	125.276.479	954.858.182	
1802		156.540.629	2.910.050	45.937.402	40.324.551	29.873.822	153.630.579	
4041		180.137.691	-	65.588.939	45.192.084	35.608.692	180.137.691	
4043		646.076.064	12.028.830	314.387.932	249.486.563	192.977.775	634.047.234	
4044		652.885.158	11.653.842	250.713.939	200.596.219	145.939.398	641.231.316	
4045		125.598.244	2.337.701	55.148.745	36.458.579	30.305.337	123.260.543	
4046		31.101.150	-	7.870.415	6.147.175	4.777.093	31.101.150	
4047		33.262.145	10.619.093	6.442.983	5.604.750	4.838.371	22.643.052	
CEPERJ		(15.153.971)	(1.000)	(5.523.770)	(5.219.557)	(3.554.925)	(15.152.971)	
FAPERJ		(180.137.691)	-	(65.588.939)	(45.192.084)	(35.608.692)	(180.137.691)	
Dispon. de Refeição (DEGASE)		(16.300.000)	-	(2.552.281)	(2.335.721)	(806.277)	(16.300.000)	
Nutrição Escolar (FAETEC)		(18.200.000)	-	(1.238.917)	(963.891)	-	(18.200.000)	
Juros, Multas e Demais Encargos				(275.369)	(178.693)	(115.824)	-	-
Multas/Juros INSS				(103)	(103)	(103)	-	-
Restituições				(6.123)	(143)	(143)	-	-
Aplicação FR 15				(2.057.024)	(2.057.024)	(2.057.024)	-	-
RP				(4.723.143)	(4.723.143)	(4.723.143)	-	-
TOTAL GERAL	7.753.076.120	7.888.274.346	337.045.954	992.697.191	753.146.335	527.627.110	7.551.228.392	201.847.728

* UOS - Função 12: 1241, 1801, 1802, 4041, 4043, 4044, 4045, 4046 e 4047. Os valores já contabilizam as deduções

V.4 FAPERJ, FECAM, FEHIS, FAF e PASEP

Em R\$

FAPERJ								
FAPERJ	DESPESA PREVISTA (ABR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (29/04)	CONTINGENCIADO (29/04)	EMPENHADO (29/04)	LIQUIDADADO (29/04)	PAGO (29/04)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
TOTAL GERAL	366.920.163	372.180.995	8.175.300	107.311.838	82.298.002	60.381.838	364.005.695	2.914.468

Em R\$

FECAM								
FECAM	DESPESA PREVISTA (ABR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (29/04)	CONTINGENCIADO (29/04)	EMPENHADO (29/04)	LIQUIDADADO (29/04)	PAGO (29/04)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 01	367.592	714.121	-	231.439	87.579	9.194	714.121	(346.529)
FR 04	384.712.716	362.594.654	-	68.343.862	40.692.352	19.188.584	362.594.654	22.118.062
TOTAL GERAL	385.080.308	363.308.775	-	68.575.301	40.779.931	19.197.777	363.308.775	21.771.533

* Na LOA 2013 não foi previsto o pré-sal = 21.771.532

Em R\$

FEHIS								
FEHIS	DESPESA PREVISTA (ABR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (29/04)	CONTINGENCIADO (29/04)	EMPENHADO (29/04)	LIQUIDADADO (29/04)	PAGO (29/04)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
UOS		219.007.129	10.765.594	58.732.536	24.006.561	13.094.005	208.241.535	
Aluguel Social		66.332.949	-	27.814.564	27.814.564	15.151.737	66.332.949	
TOTAL GERAL	271.718.778	285.340.078	10.765.594	86.547.100	51.821.125	28.245.743	274.574.484	(2.855.706)

* Considerado PT 3437 de Recuper Região Serrana com ações de socorro

Em R\$

FAF								
FAF	DESPESA PREVISTA (ABR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (29/04)	CONTINGENCIADO (29/04)	EMPENHADO (29/04)	LIQUIDADADO (29/04)	PAGO (29/04)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
TOTAL GERAL	312.540.415	294.521.966	6.493.893	103.206.732	89.167.374	87.593.796	288.028.073	24.512.342

Em R\$

PASEP								
PASEP	DESPESA PREVISTA (ABR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (29/04)	CONTINGENCIADO (29/04)	EMPENHADO (29/04)	LIQUIDADADO (29/04)	PAGO (29/04)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 00	325.830.686	344.967.433	6.921.446	79.225.088	79.225.088	79.225.088	338.045.987	(12.215.301)
FR 01	18.339.547	19.690.000	-	33.220	33.220	33.220	19.690.000	(1.350.453)
FR 04	72.519.891	72.518.931	-	21.124.324	21.124.324	21.124.324	72.518.931	960
FR 06	10.235.406	8.505.502	-	2.765.011	2.765.011	2.765.011	8.505.502	1.729.904
FR 07	5.846.432	6.008.841	-	1.205.348	1.205.348	1.205.348	6.008.841	(162.409)
FR 26	29.302	-	-	-	-	-	-	29.302
TOTAL GERAL	432.801.264	451.690.707	6.921.446	104.352.991	104.352.991	104.352.990	444.769.261	(11.967.997)

VI - Resumo de Origens e Aplicações de Recursos

A Tabela abaixo apresenta a saldo/déficit por fonte de recursos apontado na Tabela 2, e as respectivas alocações necessárias por conta das vinculações constitucionais e legais.

RESUMO ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (3ª REVISÃO RECEITA)

							Em R\$			
FR	00	01	06	07	22	SUBTOTAL	04	20	26	TOTAL
SALDO / DÉFICIT FR	822.444.978	349.604.760	0	15.037.592	27.233.134	1.214.320.464	96.000	-6.024.672	2.930.243	1.211.322.035
TOTAL COMPROMISSOS	602.180.840	-1.696.982	1.729.904	15.037.591	-2.855.706	614.395.647	22.119.022	0	760.585	637.275.254
ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	TRANSF. MUNICÍPIOS	279.448.515			9.499.999	288.948.514	0		731.283	289.679.797
	SAÚDE	111.373.089				111.373.089				111.373.089
	FUNDEB	143.859.012		0	5.700.000	149.559.013				149.559.013
	EDUCAÇÃO (DEMAIS)	52.288.715				52.288.715				52.288.715
	FAPERJ	2.914.468				2.914.468				2.914.468
	FECAM		-346.529			-346.529	22.118.062			21.771.533
	FEHIS					-2.855.706				-2.855.706
	FAF	24.512.342				24.512.342				24.512.342
	PASEP	-12.215.301	-1.350.453	1.729.904	-162.409	-11.998.260	960		29.302	-11.967.997
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES (1)	220.264.138	351.301.743	-1.729.904	1	30.088.840	599.924.818	-22.023.022	-6.024.672	2.169.658	574.046.782

Considerando a expectativa de receita nesta terceira revisão sugere-se que seja procedido um ajuste nas fontes de recursos conforme os saldos apontados na tabela acima, adequando-se o orçamento à receita estimada.

VII – Conclusões

A presente nota avaliou a receita sob a luz das perspectivas da economia e da fiscalização tributária. Procurou-se, a título de colaboração com a SEPLAG, apresentar sugestões de suplementação de dotações relativas às despesas obrigatórias e índices constitucionais.

Considerando, nas fontes do Tesouro apontadas na Tabela Resumo de Origens e Aplicações, o saldo total apontado de R\$1,21 bilhão e após a alocação nas obrigações constitucionais e legais de R\$ 637,27 milhões, resta ainda um saldo de R\$ 574,04 milhões, cuja alocação fica a critério da SEPLAG. O acompanhamento da realização da receita no decorrer do exercício apontará outras medidas a serem adotadas ao longo do ano.

Henrique Diniz de Oliveira
Analista de Finanças Públicas

Daniela de Melo Faria
Analista de Finanças públicas

De acordo

George Santoro
Subsecretário de Política Fiscal
Política Fiscal